



Acordo com os EUA não fere soberania, diz Marcos Pontes

Segundo ministro, o tratado sobre a Base de Alcântara, no Maranhão, se refere a tecnologia de satélites e não permite o uso militar nem o lançamento de mísseis

Notícias de que o acordo com os Estados Unidos sobre o uso da base de lançamento de foguetes e satélites de Alcântara (MA) teria algum viés militar ou poderia ferir a soberania nacional foram desmentidas pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, em audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia.

Pontes explicou que os brasileiros continuarão controlando a base. O foco do acordo, disse, está no compromisso do Brasil de salvaguardar a tecnologia dos EUA utilizada no lançamento de satélites. **3**



Gerardo Magiera/Agência Senado

Os senadores Marcos do Val, Vanderlan Cardoso e Nelsinho Trad, e o ministro Marcos Pontes, à mesa, acompanham pronunciamento de Eliziane Gama, da bancada



Ronnie de Sá/Agência Senado

Presidente da comissão, senador Rodrigo Pacheco (C) comanda a audiência ao lado do relator, deputado José Nelto

Prefeitos defendem região metropolitana do DF

Em audiência ontem, prefeitos, vereadores e secretários de municípios do Entorno do Distrito Federal defenderam a medida provisória que autoriza o DF a instituir uma região metropolitana.

A medida foi discutida na comissão mista que analisa o assunto. Os representantes das cidades que podem entrar na região evidenciaram as carências das prefeituras mineiras e goianas nas áreas de saúde,

transporte e segurança.

— Temos 10 entre as 100 cidades com maior índice de vulnerabilidade social do país — disse o prefeito de Águas Lindas de Goiás, Hildo do Candango. **4**

Atualização de sinal da TV e da Rádio Senado

A partir da meia-noite de sábado, a nova frequência para sintonizar o sinal da TV e da Rádio Senado por meio de antena parabólica digital será 3.935,75 MHz. A polarização passará a ser horizontal no satélite C2.

Avança texto que habilita corretor de seguros

O Plenário aprovou, em primeiro turno, projeto que busca aumentar a segurança de quem usa serviço de corretagem de seguros. O substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos ainda precisa passar por nova votação antes de voltar para a Câmara dos Deputados. **3**

Alerta não foi levado a sério, diz Schvartsman

Em depoimento à CPI de Brumadinho, o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman afirmou que as leituras sobre o problema não teriam sido levadas a sério. O executivo declarou que somente ao final da investigação será possível saber as causas reais do rompimento. **4**

Senado homenageia bombeiros que atuaram em Brumadinho

O Senado vai homenagear hoje em sessão especial, às 11h, os bombeiros que atuaram no resgate das vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho (MG), ocorrido em janeiro.

Ao propor a homenagem, os senadores disseram que é preciso reconhecer o trabalho de todas as corporações envolvidas nas buscas. Segundo eles,

os bombeiros são merecedores de reconhecimento, homenagem e gratidão, já que sua atuação e buscas incansáveis possibilitaram a volta de vítimas para suas famílias.

“O conforto não existirá, mas a gratidão permanecerá no coração daqueles que foram atingidos por essa grande tragédia”, afirmam os senadores.



Ricardo Stuckert/Fotos Públicas

Bombeiros trabalham na busca de vítimas do rompimento de barragem

Waldemir Barreto/Agência Senado



Entre representantes da maçonaria e da Ordem DeMolay, Antonio Anastasia (C) e Carlos Viana conduzem sessão

Papel da Ordem DeMolay é destaque em sessão especial

Centenário da criação do grupo de jovens, na cidade de Kansas, nos EUA, foi celebrado ontem no Plenário. A importância na formação do caráter dos integrantes foi ressaltada na homenagem

OS 100 ANOS da Ordem DeMolay foram comemorados ontem em uma sessão solene do Senado. Criada pelo maçom Frank Sherman Land e destinada a rapazes de 12 a 20 anos, a ordem chegou ao Brasil em 1985. A data de fundação é 24 de março, quando sua primeira loja foi fundada na cidade de Kansas (EUA).

A sessão especial foi requerida por Carlos Viana (PSD-MG) e aberta pelo 1º

vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Viana destacou o papel formador de caráter que a Ordem DeMolay tem sobre os jovens.

Representante internacional da ordem, Sandro Romero Pedrosa seguiu a linha da formação do caráter como grande fruto da permanência dos jovens na organização.

— O exemplo é tudo na vida de um jovem. E o que é aprendi-

do quando jovem segue para a vida de homem adulto.

O nome DeMolay é uma homenagem ao último grão-mestre da ordem medieval católica dos Templários, Jacques DeMolay, queimado vivo pelo rei francês Felipe IV, o Belo, em 18 de março de 1314. Ao criar a organização, Land inspirou-se na luta dos cavaleiros templários durante as Cruzadas e adotou o nome de seu último mestre.

Jorginho Mello cita serviços prestados por instituição

Jorginho Mello (PR-SC) parabenizou ontem a Ordem DeMolay pela comemoração de 100 anos da sua fundação.

— A gente precisa aplaudir essa organização mundial, porque 100 anos é uma vida, é um século de serviço prestado por alguém que acredita no ser humano. Os jovens estão carentes de boas práticas, de respeito, de lealdade, de palavra empenhada ser palavra cumprida. Nós precisamos reforçar esses valores e a Ordem DeMolay ajuda nesse trabalho — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kátia Abreu quer que TCU reveja leilão de ferrovia

Kátia Abreu (PDT-TO) criticou ontem os novos termos apresentados pelo Ministério de Infraestrutura para o leilão da Ferrovia Norte-Sul. A senadora pediu que o Pleno do Tribunal de Contas da União (TCU) reveja os moldes apresentados no edital, que favorecerá o monopólio de duas empresas em toda infraestrutura ferroviária do país. Segundo Kátia, isso prejudica o transporte da produção, encarece o frete e torna inviável o uso dessa logística pelo setor produtivo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Rodrigues defende transferência de servidores de RR

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu ontem os servidores que aguardam ser enquadrados em cargos públicos do governo federal em Roraima.

— Temos pessoas que prestaram relevantes serviços na área de saúde, na educação, na segurança, no planejamento, em todas as secretarias, empresas públicas e sociedades de economia mista, tanto no governo do estado, como também nas prefeituras, como disse anteriormente, ainda na época do território federal de Roraima — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rodrigo informa que vai debater obras paradas

O Senado terá um ciclo de debates para identificar o motivo da paralisação de obras públicas, anunciou ontem Rodrigo Cunha (PSDB-AL). O ciclo se dará no âmbito da Comissão de Fiscalização, Transparência, Governança e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), da qual o senador é presidente.

— Há algo que eu tenho certeza absoluta de que é tão danosa quanto a corrupção: a má utilização dos recursos públicos — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Irajá sugere projetos para aliviar crise

Irajá (PSD-TO) defendeu ontem a aprovação de projetos para estados e municípios, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2015, que impõe a execução de emendas de bancada ao Orçamento.

O senador também defendeu o Projeto de Lei Complementar (PLP) 511/2018, que obriga o governo a repassar R\$ 39 bilhões aos estados exportadores de matérias-primas como compensação por desonerações previstas na Lei Kandir.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington pede apoio para Santa Casa de Cuiabá

Wellington Fagundes (PR-MT) informou ontem que começará em abril a intervenção da Prefeitura de Cuiabá na Santa Casa de Misericórdia. O senador pediu apoio para que a instituição seja reaberta para atender os pacientes de Mato Grosso e até de estados e países vizinhos, como a Bolívia.

— A Santa Casa tem 200 anos, uma história que é vinculada ao povo cuiabano. Lamentavelmente, está em insolvência pelo fato de dever quase R\$ 100 milhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim: reforma afeta quem já aposentou

A proposta de reforma da Previdência prejudica os trabalhadores já aposentados, afirmou Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, a proposta não deixa explícito o que vai ser feito com os depósitos do FGTS e a própria Secretaria de Previdência não conseguiu explicitar a situação. Ele também destacou alguns pontos que poderão impactar a vida dos aposentados, como o fim da multa dos 40% do FGTS e o fim da correção dos benefícios pelo INPC.



Roque de Sá/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Brumadinho
11h Homenagem aos bombeiros que atuaram no resgate das vítimas.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pontes: acordo com EUA não tem viés militar

Ministro da Ciência e Tecnologia afirmou que o tratado sobre o uso da Base de Alcântara, no Maranhão, não permite o lançamento de mísseis nem fere a soberania nacional

O MINISTRO DA Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, protestou contra notícias de que o acordo com os Estados Unidos relativo ao uso da base de lançamento de foguetes e satélites de Alcântara (MA) teria algum viés militar ou poderia ferir a soberania nacional. Pontes participou ontem de audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

— O acordo permite o lançamento de mísseis? Não. Esse é um negócio que eu ouvi antes de vir pra cá em alguns meios de comunicação, mas o acordo não permite. Não tem relação alguma com a parte militar. Exceto se a Força Aérea Brasileira quiser lançar um míssil. O acordo também não ameaça a soberania nacional. Não é a construção de uma base norte-americana, só brasileiros continuarão controlando a base.

O ministro explicou que o foco do acordo está no compromisso do Brasil de

salvaguardar a tecnologia norte-americana utilizada no lançamento de satélites. Nesse caso, funcionários norte-americanos teriam acesso a áreas restritas da Base, sob fiscalização de brasileiros.

— No acordo de salvaguardas, os EUA permitem ao Brasil lançar foguetes e satélites de qualquer nacionalidade, podem ser da China ou da Alemanha por exemplo, que

contenham componentes norte-americanos. Se o satélite tem algum componente dos Estados Unidos, eles permitem que o lancemos, desde que nos comprometamos a proteger a tecnologia deles, para que ninguém copie ilegalmente.

Pontes explicou que a assinatura do acordo com os EUA é fundamental para viabilizar o uso comercial da Base de Alcântara, pois 80% dos satélites

lançados no mundo utilizam pelo menos algum componente norte-americano.

O ministro pediu que o Congresso priorize a aprovação do acordo, pelas divisas que deve gerar ao país. Ele apresentou uma projeção de que, se o Brasil conseguir ao menos 1% do mercado de lançamento de satélites, o faturamento será de US\$ 3,5 bilhões anual. E como esse mercado não para de

crescer, o país poderá faturar US\$ 10 bilhões por ano em 2040.

Para Roberto Rocha (PSDB-MA), a Base de Alcântara é o melhor lugar para lançamento de satélites, pois sua localização próxima à Linha do Equador permite uma economia de até 30% em combustíveis.

Infraestrutura

O senador pediu apoio do governo para uma proposta que pretende apresentar, destinando 1% do faturamento do uso comercial da base para a melhoria da infraestrutura onde vivem comunidades carentes no Estado. Ele ainda espera que o aumento da cooperação com os EUA faça com que universidades e centros de pesquisa daquele país se instalem no Maranhão.

Já a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) pediu que os lucros auferidos com a exploração comercial da Base sejam destinados para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Pontes respondeu que trabalhará para isso.



Senadores Marcos do Val, Vanderlan Cardoso e Nelsinho Trad ouvem as explicações do ministro Marcos Pontes

Habilitação de superintendência para corretores de seguros avança em Plenário

Projeto que busca aumentar a segurança de quem usa serviço de corretagem de seguros foi aprovado ontem, em primeiro turno, no Plenário do Senado. O relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao PLC 7/2013, em forma de substitutivo, ainda precisa passar por nova votação em Plenário antes de voltar para a Câmara dos Deputados.

Segundo o texto da CAE, o exercício da profissão de corretor de seguros dependerá da prévia obtenção da habilitação, a ser concedida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), que

é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. A exigência vale também para os corretores já em atividade.

Também ontem em Plenário passou pela última sessão de discussão em primeiro turno, a PEC 141/2015, que permite a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional da saúde. A mudança vale para integrantes das polícias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal.

A proposta agora está pronta para ser votada pelos senadores, caso seja pautada, já na próxima sessão deliberativa.

Pacote anticrime deve iniciar tramitação no Senado

O pacote anticrime do governo deve começar a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado como novos projetos. A iniciativa partiu da líder do PPS, senadora Eliziane Gama (MA), com o apoio de outros cinco líderes partidários: Raulo Rodrigues (Rede-AP), Eduardo Girão (Pode-CE), Alvaro Dias (Pode-PR), Major Olimpio (PSL-SP) e Jorge Kajuru (PSB-GO).

Eliziane disse que convervou com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia para que a proposta começasse a ser

discutida pelo Senado.

— Nós temos duas pautas importantes para o Brasil, a Previdência e a segurança. E o Congresso é grande o suficiente para os dois debates.

Novos protocolos

Foram protocolados no Senado três novos projetos iguais às propostas originais do pacote anticrime em tramitação na Câmara (PL 881/2019, PL 882/2019 e PLP 38/2019).

São eles os PL 1.865/2019, PL 1.866/2019 e PLP 89/2019, que serão levados à CCJ.

— Nós temos no Senado outros 80 projetos sobre o tema em tramitação e eles serão apensados no momento certo.

Eu mesma tenho algumas restrições. Por exemplo, a questão da legítima defesa é um dos pontos inclusive em que a gente diverge e vai apresentar as emendas. Temos o projeto do Moro para dar o pontapé e a partir disso ter a construção de um texto. Teremos ao final um substitutivo com a junção de várias ideias — disse.

Questionada sobre a possibilidade de “concorrência” com a Câmara no trâmite da proposta, Eliziane afirmou que as duas Casas podem trabalhar juntas.

— Tanto a Câmara quanto o Senado podem fazer o debate. O que sair daqui vai passar lá e vice-versa — disse.

Dário pede país unido e conciliação dos Poderes

Dário Berger (MDB-SC) pediu união entre os Poderes da República. O senador disse ontem que problemas como a violência, o desemprego e os deficits fiscal e da Previdência só poderão ser vencidos se houver conciliação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

— Parece-me que estou vendo o mesmo filme de quatro anos atrás: muita vontade, muita disposição e pouco entendimento, poucos projetos, pouca interlocução [entre Executivo e Legislativo] que possa colocar o Brasil no rumo certo, onde a gente consiga perceber que o Brasil tem um plano de desenvolvimento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Governo deve dialogar, afirma Plínio Valério

Plínio Valério (PSDB-AM) disse ontem que o governo precisa entender que o Senado não é quartel e nem vara criminal. Para ele, o comparecimento de ministros às comissões foi um avanço. O senador ressaltou que o Senado é a Casa do diálogo.

— Eu vi um avanço. Quatro ministros estiveram aqui ao mesmo tempo, foi um sinal de que o presidente entendeu que isso aqui não é quartel, de que o Moro entendeu que isso aqui não é vara criminal. Começou o diálogo, começou a conversa. Aqui é a Casa do diálogo, da conversa — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eliziane quer foco em previdência e segurança

Eliziane Gama (PPS-MA) apresentou ontem três projetos de lei (PLs 1.865/2019 e PL 1.866/2019, e PLP 89/2019) com o mesmo teor dos projetos que fazem parte do pacote anticrime, enviado pelo governo à Câmara. A senadora protocolou esses projetos como se fossem dela para que a tramitação começasse no Senado e Câmara atuasse como Casa revisora.

— Existem dois temas importantes no Brasil, que são a reforma da Previdência e a segurança. Por isso, optamos que um foco esteja na Câmara, que é a Previdência, e o Senado inicie o debate da segurança.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Alvaro: combate ao crime é prioridade

A atenção direcionada à reforma da Previdência não pode ser justificativa para que os projetos sobre combate ao crime, à violência e à corrupção deixem de ser tratados como prioridade, disse Alvaro Dias (Pode-PR). O senador sugeriu que as mais de 80 propostas contra o crime em análise no Congresso, de autoria dos próprios parlamentares, possam ser agregadas ao projeto do ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro.

— Temos que exigir respeito às nossas prerrogativas como legisladores. Não somos apenas a convalidação do que vem pronto do Executivo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente afastado da Vale é criticado em CPI

Em depoimento à comissão que investiga o rompimento em janeiro de barragem em Brumadinho, Fábio Schvartsman admitiu falhas na análise de riscos da empresa

A FALTA DE respostas concretas levou o ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, a ser criticado na CPI que investiga as causas do rompimento da barragem Córrego do Feijão, em 25 de janeiro, em Brumadinho (MG). Em audiência ontem, Schvartsman alegou que, por estar afastado da presidência da empresa, não poderia detalhar todas as informações pedidas pelos senadores.

Questionado pelo relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), se as outras barragens da Vale são seguras e se o que ocorreu em Brumadinho teria sido realmente um acidente, Schvartsman respondeu que as leituras sobre o problema não teriam sido levadas a sério. O executivo declarou que somente ao final da investigação será possível saber as causas reais do rompimento.

Vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) exigiu objetividade das respostas de Schvartsman e apontou negligência da Vale. Segundo o senador, não houve eventos naturais, como abalos sísmicos ou furacões, que justificassem a tragédia em Brumadinho.

— Nós temos visto divagações para que ou o senhor não assuma sua responsabilidade,



Fábio Schvartsman (2º à esq.) depõe ao lado da presidente da CPI, Rose de Freitas, e do relator, Carlos Viana (D)

ou a terceirize, ou não a terceirize para ninguém.

A senadora Juíza Selma (PSL-MT) criticou o que chamou de “atitude omissiva” de Schvartsman.

— Essa omissão é típica e vai levá-lo por um caminho muito perigoso. Faça suas declarações ciente de que está cavando a própria cova.

Frieza

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou a frieza de Schvartsman.

— A sua empresa e o senhor parecem ter nascido no Polo Norte, de tão glaciais que são. O senhor está se confessando porque, se ninguém é culpado,

o único que se apresenta é o senhor e, se eu fosse da Justiça, eu lhe prenderia.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) questionou sobre providências da Vale para as ameaças de rompimento das barragens de Forquilha I e II, em Ouro Preto (MG), e por que a estrutura organizacional da barragem em Brumadinho foi feita ao lado e não nas partes altas do local.

— Não entendo porque uma empresa da estrutura da Vale não tenha tido a capacidade de entender isso. Não construir a administração nos altos, mas à frente da jusante, é uma coisa criminosa.

Schvartsman respondeu que

Brumadinho é uma das 500 estruturas da Vale pelo país e que desconhecia a existência de um escritório administrativo abaixo da barragem.

Ações criminais

A presidente da CPI, Rose de Freitas (Pode-ES), disse que nenhuma resposta pode ser negligenciada pela Vale. A senadora questionou Schvartsman sobre possíveis ações criminais a serem movidas por ele contra pessoas que, supostamente, o teriam enganado com relatórios falsos.

Já o senador Carlos Viana aconselhou Schvartsman a informar quem são os asses-

sores responsáveis por prestar as informações, a fim de que o ex-presidente da Vale não seja responsabilizado sozinho.

Schvartsman informou que a empresa de auditoria alemã TÜV Süd já está sendo acionada judicialmente pela Vale, no Brasil e na Alemanha, devido ao relatório que garantia a estabilidade da barragem em Brumadinho.

— Jamais passou pela nossa cabeça que uma empresa desse nível corresse o risco de elaborar um laudo positivo para algo que não tinha estabilidade.

Novas audiências

Ontem também, a CPI aprovou 18 requerimentos de convites a autoridades para serem ouvidas como testemunhas nos próximos dias. Todos os requerimentos são do relator, Carlos Viana (PSD-MG).

Entre os convidados estão o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Hugo Froner Bicca, o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Germano Luis Gomes Vieira, e a conselheira do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam), Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. As datas das audiências ainda serão agendadas.

Políticos do Entorno do DF querem região metropolitana

Prefeitos, vereadores e secretários de municípios do Entorno do Distrito Federal defenderam a medida provisória que autoriza o DF a instituir uma região metropolitana. A MP 862/2018 foi discutida em audiência na comissão mista responsável por analisar o assunto. Os representantes das cidades que podem entrar na região evidenciaram as carências das prefeituras mineiras e goianas nas áreas de saúde, transporte e segurança.

— Temos na região 10 cidades que estão entre os 100 municípios com maior índice de vulnerabilidade social do

país. Vivemos a realidade de uma região com renda per capita 13 vezes menor que a do Distrito Federal — disse o prefeito de Águas Lindas de Goiás, Hildo do Candango.

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que Brasília foi concebida para ser uma cidade administrativa, com 500 mil habitantes, e hoje virou uma metrópole com 3 milhões de pessoas. O senador lamentou a ausência dos governadores na reunião. Os governadores Ibaneis Rocha (DF) e Ronaldo Caiado (GO) foram convidados, mas enviaram representantes. Romeu Zema (MG) não enviou representante.

Privatização pode elevar conta de luz, afirmam debatedores

Aumento da conta de luz e piora na prestação de serviços. Essas serão as consequências da privatização da Amazonas Energia e da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), segundo participantes de audiência ontem, na comissão mista que analisa a MP 855/2018.

A medida foi editada em conjunto com a MP 856/2018 para viabilizar a privatização das duas distribuidoras de energia elétrica que estavam sob controle da Eletrobras. Ambas foram leiloadas em dezembro.

Segundo o presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amazonas, Edney Martins,

companhias privatizadas no ano passado, antes da Amazonas Energia, já registram aumentos nas contas de energia. É o caso da Companhia de Energia do Piauí (Cepisa), que elevou a tarifa em 12%.

A assessora especial de Assuntos Regulatórios do Ministério de Minas e Energia (MME), Agnes da Costa, ressaltou que a medida foi necessária para viabilizar a privatização da Amazonas Energia.

— O que a gente pretende com essa proposta é dar um tratamento equânime para os sistemas isolados e dar condições para quem está investindo lá.

Kajuru defende proposta que torna o Fundeb permanente

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2019), apresentada por ele, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. De acordo com a Constituição, o Fundeb vai até 2020.

— Hoje agradei aqui, dando o nome de cada um, aos 30 colegas que assinaram essa minha PEC, demonstrando a importância que os senhores e senhoras atribuem à Educação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

RÁPIDAS

PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DEVERÃO SER ACESSÍVEIS

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), projeto que obriga que todos os prédios e equipamentos públicos sejam projetados para permitir acesso universal às pessoas, especialmente as que tenham alguma deficiência (PLS 402/2018). Do ex-senador Hélio José, o projeto foi relatado por Romário (Pode-RJ). O texto segue para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

PESSOA COM DEFICIÊNCIA PODE TER PRIORIDADE PARA FÉRIAS

Pessoas com deficiência poderão ter preferência na concessão de férias. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que prevê que empregado ou servidor público com deficiência — ou que tenha cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência — terá prioridade para marcação de férias. O PLS 403/2018, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi relatado pelo senador Romário (Pode-RJ).

SUGESTÃO SOBRE CURSOS DE HUMANAS É ARQUIVADA

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) arquivou a SUG 19/2018, que pretendia assegurar a permanência dos cursos de ciências humanas nas universidades públicas. A sugestão nasceu em oposição a outra ideia legislativa, que pretendia acabar com os cursos da área de humanas nas instituições públicas. Ela também acabou arquivada por não receber os 20 mil apoios necessários para ser analisada.

COMISSÃO FARÁ CICLO DE DEBATES SOBRE POLÍTICA PARA CAATINGA

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) fará um ciclo de debates sobre o PLS 222/2016, que cria a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. O requerimento do relator do projeto, Jean Paul Prates (PT-RN), foi aprovado ontem. A intenção é coletar sugestões dos estados que possuem um percentual da caatinga em seu território: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe, Alagoas e norte de Minas Gerais.

AVANÇA DEDUÇÃO DE IR PARA DOAÇÃO A FUNDO DE CRIANÇA

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o PLS 546/2018, que permite a dedução no Imposto de Renda de valores doados em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil que trabalhem pela causa. Do ex-senador Edison Lobão, o projeto foi relatado por Acir Gurgacz (PDT-RO) e seguirá para análise terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).